

CLÓVIS ROSSI

Entrevistadores: Carla Siqueira e Caio Barretto Briso

Data da entrevista: 26/09/2008

Qual o seu nome completo, data e local de nascimento?

Clóvis Rossi, 25 de janeiro de 1943. São Paulo, capital.

E quais os nomes e as atividades dos seus pais?

Meu pai chamava-se Olavo Rossi, era vendedor de máquinas pesadas do tempo em que o Brasil ainda não fabricava máquinas pesadas. Ele era um dos funcionários de uma representação de uma firma alemã aqui em São Paulo. E minha mãe era dona de casa e tinha uma “empresca” de fundo de quintal pra fabricar – fabricar é exagero – fazer buquês e flores de noiva, enfeites para noivas, buquês e esse tipo de coisa, enfim, em casa.

Qual era o nome dela?

Olga Rossi.

Havia já algum envolvimento da sua família com o jornalismo?

Nenhum. Fora a assinatura do *Estadão* [*O Estado de S. Paulo*] - que meu avô fazia e depois meu pai passou a fazer e, depois, eu passei a fazer – nenhum, zero.

E como que você se encaminha para o jornalismo?

Eu na verdade, inicialmente pretendia... Bom, deixa eu começar bem antes. Eu sou fanático por futebol e, um dado dia, resolvi escrever uma crônica sobre futebol e mandei pro Thomaz Mazzoni, talvez o mais célebre redator-chefe da falecida *Gazeta Esportiva*. Eu devia ter 12 anos ou 13 anos, não mais do que isso, e nunca tive resposta, enfim, o que mostra que, desde muito cedo, essa coisa me fascinava, mas eu não sabia. Então, à medida em que eu fui crescendo, a minha decisão inicial profissional era ser diplomata, mas como eu não tinha idade para prestar o vestibular na carreira diplomática, que naquele tempo – se não me engano – era 20 ou 21 anos, sei lá, não sei quanto é hoje, eu resolvi fazer o vestibular mais fácil que

tinha à disposição, que era o de jornalismo. Fiz o vestibular, passei na Cásper Líbero, única universidade da época em São Paulo (estamos falando de 1962). Aí, na metade do segundo ano, ou seja, metade exata do curso, um professor recebeu um pedido de indicação da sucursal de São Paulo do *Correio da Manhã*, ele me indicou, eu fui, fiquei, gostei e não saí mais.

Como era o curso de jornalismo?

Era fraquinho. Na verdade, não aprendi rigorosamente nada de técnica de jornalismo. Eu aprendi ética, basicamente. A idéia de que você tem que fazer um trabalho ético, que poderia ter aprendido em qualquer outra faculdade. Não me marcou especialmente a faculdade, ao contrário, na verdade, tive que fazer a faculdade na prática, no trabalho diário, no trabalho prático, e acho que até hoje é um pouco assim.

Então, quando você entra na sucursal do *Correio da Manhã*, em 1963, quais são as primeiras percepções que você tem do que é ser jornalista?

Olha, não dava tempo de ter percepção porque nós estamos falando da conspiração para o golpe de 1964. Eu caí de cara na conspiração, e com a vantagem de que, trabalhando em uma sucursal pequena... Vamos situar o contexto: não tinha internet, nada disso. Eu comecei a fazer rádio-escuta, nem tele-escuta, porque a televisão era incipiente, os telejornais não tinham vídeoteipe, enfim, o grande veículo de comunicação instantâneo da época era o rádio. Então, comecei fazendo rádio-escuta, fazia inclusive "cozinha" (que antigamente chamava "cozinha"); pegava os jornais de São Paulo, que mal chegavam ao Rio, fazia um resumo, mandava para o Rio e fazia a cobertura das coisas que aconteciam em São Paulo, ou seja, fazia "recortagem", reportagem, rádio-escuta; chefiava, eventualmente, nos fins de semana, a redação. Inclusive, me lembro de um plantão do fim de semana em que o Rio de Janeiro cismou que a Marinha ia invadir São Paulo. Me pareceu meio estranho, 60 km do mar, mas enfim, você conseguir destrinchar se havia aquele risco ou se não havia aquele risco demorou horas, fui dormir de madrugada. Então, um curso de jornalismo acelerado foi feito na sucursal do *Correio da Manhã*, em São Paulo, pelas circunstâncias políticas da época e pelo tipo de trabalho que se fazia numa sucursal daquele tamanho, naquele momento.

E qual era o clima na imprensa nesse contexto político? Qual era o posicionamento dos jornais com os quais você convivia e do *Correio da Manhã*, no qual você trabalhava?

O *Correio da Manhã* publicou três famosos editoriais de capa pequeninhos: “Basta”, “Fora” e “Já” [**nota da revisão:** o terceiro não é “Já” e sim “Basta! E fora!”] (não me lembro em que ordem exatamente), pedindo a deposição do [João] Goulart, e logo virou contra o golpe porque, começaram os desmandos e imediatamente o jornal virou contra o golpe de 64. Aqui em São Paulo o *Estadão* era francamente favorável, claramente conspirava, e a *Folha [de São Paulo]* era quase inexistente em termos de repercussão e de posições políticas. O *Estadão* era o grande jornal de São Paulo e havia o [jornal] *Última Hora*, que era pró-governo. Acho que os que influenciavam realmente eram esses. E francamente não dava muito tempo pra você prestar atenção – primeiro, eu era muito garoto. Em 1963, quando comecei, eu tinha 20 anos, exatamente. Muito garoto, pouco preparado, eu estava ainda na faculdade, então, não tinha uma percepção clara do que estava acontecendo. Você não percebe que você está no meio de uma conspiração para um golpe a não ser depois, muito tempo depois que o golpe já foi dado. E também não dava tempo, porque nós éramos muito poucos na sucursal para cobrir uma conspiração para um golpe, então, era de manhã, de tarde e de noite... E você estava preocupado em fazer o seu trabalho, especialmente eu que precisava mostrar que era alguma coisa na vida, não era um moleque boboca – na verdade eu era um moleque boboca, mas queria que não me achassem assim.

Essa visão do engajamento dos jornais na conspiração, ela não é uma visão a posteriori? Isso era claro na época, essa posição dos jornais?

No *Estadão* era claro na época. Para mim era claro na época. A posição do *Correio da Manhã* era mais difícil de você perceber, porque, volto a dizer: a gente não está numa época em que o jornal do Rio chegava fácil a São Paulo. Eu me lembro que eu fui cobrir a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, aquela famosa que foi usada pra sustentar, depois, um apoio “popular” ao golpe. E fui cobrir – se não me engano – num veículo com o letreiro do *Correio da Manhã* e as pessoas que estavam participando da marcha aplaudiam o carro porque o jornal era do Rio e o governador do Rio era o Carlos Lacerda, um dos chefes civis da conspiração para o golpe. Então, a ligação que as pessoas na rua faziam era esta: *Correio da Manhã* – Rio de Janeiro – Carlos Lacerda e, então, com o golpe. E não era bem assim, mas, enfim, eu fui aplaudido por essa manifestação.

E você pega o golpe ainda no *Correio da Manhã*?

Sim. Passei a noite inteira entre o Palácio dos Campos Elísios, que era, então, a sede do governo de São Paulo, que estava o Adhemar de Barros, um dos conspiradores civis e depois cassado, e o quartel do II Exército que ficava na [rua]

Conselheiro Crispiniano, também no centro de São Paulo, onde o General Kruel hesitava em aderir ao golpe. Aquela confusão toda. Então eu ia com o DKV azul do meu pai, emprestado, passei a madrugada toda correndo de um lado pra outro, até acabar a gasolina, até que o chefe - que depois viria a ser meu sogro - me mandou embora dormir, porque já era de manhã cedo, e eu não queria ir. Eu queria ir para o Rio Grande do Sul, porque o Jango estava indo para o Rio Grande do Sul, havia notícia... O [Leonel] Brizola estava resistindo para o Rio Grande do Sul e eu queria ir para lá. Ele me mandou dormir e eu fui "pê" da vida, mas fui e voltei horas depois. Devo ter dormido duas horas já com praticamente o vitorioso golpe.

Quem era o seu chefe na sucursal?

Paulo Geraldo Costa Ferraz.

O *Correio da Manhã*, apesar daqueles três editoriais, logo em seguida já começa a tomar outra posição e a denunciar torturas. Qual era a sensação aqui na sucursal? Como era o clima com essa virada de posição do jornal?

Pelo menos do meu ponto de vista, da minha parte, do Paulo Ferraz, sempre foi, até antes da virada, contra o golpe. Uma questão de respeito à legalidade, respeito à institucionalidade, não por eventual simpatia ideológica, mas enfim, Constituição é Constituição para ser respeitada não apenas quando está no poder quem a gente gosta, mas também quando está quem a gente não gosta. Desde sempre, foi essa. A mim, me tocou fazer o primeiro comício contra o golpe. Da mesma forma que fui aplaudido em uma manifestação a favor do golpe, fiz o primeiro comício contra o golpe, que foi assim: a pintora Djanira, que era famosa na época, era amiga da dona do jornal, Niomar Moniz Sodré Bittencourt, e foi presa. Rapidamente presa e liberada em seguida, e foi para a casa dela em Parati. Aí o jornal não tinha condições - não sei por que razão - de mandar alguém do Rio de Janeiro. Então, pediu que a sucursal de São Paulo mandasse alguém para Parati - que era mais distante do que Marte naquela época. Uma estradinha de terra, um inferno pra chegar, realmente. Eu e o fotógrafo fomos para Parati, fizemos a entrevista com a Djanira na casa de praia dela e, na hora de mandar a matéria para o jornal pelo telefone - não havia outro meio de comunicação que não fosse pelo telefone -, mas não havia telefone na casa de praia dela, só na casa da cidade. Ela nos levou até lá, mas não havia luz. Então, pusemos o telefone no beiral da janela que dava pra rua, onde havia o poste de iluminação pública que iluminava as laudas rabiscadas com o texto, e eu comecei a ditar para o Eugênio. Aquelas ligações que tem que pedir para telefonista completar, o cara do outro lado não entendia nada do que eu estava falando, pedia pra repetir e cheio de coisas como "Direitos humanos",

"Tortura", "Ditadura" e o cara do outro lado não entendia: "Fala alto, foca filho da p...!" E eu começava a gritar, começava a juntar gente lá em baixo. Eles nem sabiam, a rigor Parati não sabia que tinha sido dado um golpe. Isso foi no dia 8 ou 9 de abril de 1964. E começou a juntar gente lá em baixo: "Que diabos, esse maluco berrando desse jeito, no meio da noite, aqui, escura, essas coisas todas, tortura" – eles provavelmente nunca tinham nem ouvido falar em tortura. E aí o fotógrafo começa a se apavorar e diz: "Vamos embora, que a gente vai ser preso." E eu falei: "Não posso ir embora, tenho que mandar essa matéria, eu perco o emprego. Imagina, a amiga da dona, presa, eu faço a matéria e não vou mandar a matéria? Você está louco! Agüenta a mão aí! Fica quieto!" E foi até que chega a Polícia Militar, dois caras da PM e ficam ouvindo o meu comício (porque provavelmente nem eles sabiam que tinha sido dado um golpe). Então, eu fiz o primeiro comício contra o golpe circunstancialmente.

Até quando você fica no *Correio da Manhã*?

Eu fico no *Correio da Manhã* até... Bom, depois eu fui indicado para o *Estadão*, para copidesque, em 1965, e aí eu fiquei um tempo em três empregos: de manhã numa revista chamada *AutoEsporte*, de tarde no *Correio da Manhã* e de noite no copidesque de primeira e última página do *Estadão*. Até que o *Estadão* me chama para chefe de reportagem no fim de 1965, começo de 1966. Eu saio do *Correio da Manhã* e fico só no *Estadão*, porque o salário ia dar para viver sem drama.

Nesse tempo em que você fica em três lugares, se compararmos o *Correio da Manhã* e o *Estadão*, já era perceptível algum tipo de censura nos dois jornais?

No *Correio da Manhã* sim. O *Correio da Manhã* já estava começando a se sentir sufocado, pela pressão, inclusive, contra os anunciantes. Em relação às matérias, não me lembro naquele comecinho. Eu realmente não senti, mas eu era muito marginal na estrutura das coisas, não mandava nada. E como chefe de reportagem do *Estadão*, eu cuidava de assuntos que não tinha a ver com política, inicialmente. Era mais [os cadernos] Cidade, Educação, Saúde, depois é que eu fui começando a me meter nas outras coisas. Então, nesse início de cargo de chefia, realmente a ditadura não era um estorvo, digamos, para o trabalho. Nesse início não. Começa a ser a partir de 1966, por aí.

Como que era o *Estadão* nessa época?

Para mim era um susto permanente, porque eu tinha... Eu assumi a chefia não tinha nem 23 anos ainda, tinha só 22. E foi um susto logo de cara, o primeiro dia

que eu assumi a chefia, porque eu tinha que... Tinha um negócio chamado diagramação, que não se ensinava na faculdade naquela época, pelo menos eu devo ter faltado nas aulas se alguém ensinou. Era um mistério aquele troço de você medir a matéria, como é que você fazia o desenho da página... Aquilo para mim era um denso mistério e eu não conseguia me entender com aquilo, estava acima das minhas forças. E aí, voltei pra casa no primeiro dia, primeiro de janeiro, em pleno *réveillon*, volto pra casa e naquele tempo o *Estadão* tinha um jipe, Willys, que levava os chefes para casa, distribuía... nos tempos em que as redações não estavam tão aburguesadas, que todos os chefes... Na verdade, hoje até os repórteres têm carro, naquele tempo eram menos burgueses. Então, o jipe do *Estadão* levava a gente pra casa. E quando ele chega numa esquina perto da minha casa, pra deixar um dos outros chefes, na hora que ele parou em uma padaria, saíram da padaria dois caras, um correndo atrás do outro e o de trás disparou no da frente, que caiu ferido na roda do jipe. Foi um horror adicional. Não estamos falando de hoje, onde tiros são tão comuns que você nem presta atenção. Naquela época dava até notícia. Aí o motorista e o outro chefe falam: "Vai embora, você mora aqui pertinho, nós levamos o cara pro hospital, tudo bem". Cheguei em casa e falei pra minha mulher: "Não volto mais naquele jornal, nunca mais. Não sirvo pra isso" – falei – "é uma coisa de louco esse negócio. Não dá." Aí passou o fim de semana, e nesse tempo o *Estadão* não saía segunda-feira. Eu falei: "Bom, vou lá para entregar o cargo, me despedir, pegar minhas coisas, porque eu não sirvo para esse negócio." Mas aí passou o fim de semana: "Ah, vai! Vai lá ver." Aí resolvi continuar, quer dizer, para mim, na verdade, o desafio era muito mais pessoal e profissional do que político. O político começaria a ser depois, quando eu passei a tomar mais consciência do que realmente estava acontecendo no Brasil.

Como que é esse seu processo? Como um jovem jornalista vai se politizando ali na redação do *Estadão*?

Isso, exatamente.

Como aconteceu isso?

Começa basicamente pelas notícias sobre tortura. Aí é o *turning point*, aí não era uma questão ideológica, era uma questão de civilização ou barbárie. E eu obviamente não podia optar pela barbárie, e aí você evidentemente começa a aprender que a tortura não era uma coisa incidental, mas fazia parte de um processo de imposição de um regime de força, com todas as políticas daí decorrentes. Começa por aí. E aí vai desenvolvendo, porque você vai tendo mais contato com quem não podia aparecer no jornal, porque a censura não deixava, ou

porque eram minoritários; ou porque estavam na clandestinidade. Aí você vai conversando com essa gente tanto quanto conversava com as fontes normais de notícias.

A gente está caminhando para 1966, quando você disse que já tem essa ação da censura nos jornais e é um momento também em que há toda uma mobilização da sociedade nesse período de resistência ao golpe pré AI-5. Em quem medida era possível tratar desses assuntos, dessa mobilização que vai ter seu ápice em 1968?

Até 1968 ainda dava. É claro, com cuidado, com meias palavras, com entrelinhas – coisas que eu detesto fazer, mas era inevitável, indispensável. Até 1968 dá. Aí é que, em 1968, isso muda completamente. Eu me lembro bem que, na noite do AI-5, nós fechamos o jornal com a notícia do novo Ato Institucional e fomos reunir os repórteres e amigos, inclusive o Ricardo Kotscho, fomos para um boteco ali em frente à antiga sede do *Estadão*, na Major Quedinho, boteco na Rua da Consolação, um dos poucos que estava aberto àquela altura, num ambiente de “o mundo acabou, não tem futuro, não tem horizonte, o que vai fazer, o que não vai fazer.” Enfim, todas as vias de futuro tinham sido fechadas. O que em parte era verdade, porque a partir daí, você passa a ter, inclusive, censura física. No caso do *Estadão*, havia censura na oficina, cortando tudo, o que teve um lado positivo, se é que se pode dizer positivo pelo seguinte: a gente trabalhava como se tudo fosse sair, porque a gente sabia que quem ia cortar era o censor, não éramos nós, não tinha mais autocensura. A censura nos liberou da autocensura, o que é um grande benefício, porque a autocensura é muito ruim para quem a faz. Você se sente mal, você se sente cúmplice e a censura nos liberou disso. Você não precisava fazer isso, porque sabia que o que os censores iam proibir – e proibiam mesmo. Então, tem até agora uma exposição sobre o *Estadão* censurado, por esses dias, está pra terminar acho que amanhã ou depois, sei lá. Centenas e centenas de páginas, porque nós trabalhávamos no *Estadão* como se o mundo fosse normal, como se estivesse em uma democracia, evidentemente com limitações, porque também não dá para fazer um jornal que vai ser todo censurado porque aí comercialmente é um desastre, mas trabalhávamos realmente com um teor de normalidade muito maior do que a ditadura externa permitia, porque nós sabíamos que cada um tinha seu papel. Nosso papel era fazer um jornal e o da censura era cortar o que eles quisessem cortar, e assim vivíamos nessa situação estranha, mas melhor, acho eu, do que a autocensura.

Nesse embate que vocês estão vivendo ao longo desse período pós AI-5, quer dizer, tem um embate para fora, com o governo, mas dentro da redação também tem discussões e discordâncias sobre como proceder nessa situação?

Não. A existência do inimigo externo tem a vantagem adicional de que uniu a redação e direção. Eu nunca discuti isso a fundo com ninguém da direção, mas imagino que eles assumiram também. Enfim, "se tem os censores, pra que eu, [Júlio] Mesquita, vou fazer o papel de censor? Deixa os meninos fazerem as loucuras que eles quiserem, a censura corta e a vida continua." A maior parte do tempo da censura foi assim. Evidentemente havia assuntos que não era para tratar mesmo que a censura fosse deixar, por exemplo: Dom Hélder Câmara. Havia, digamos, essa aliança tácita, mas havia cortes determinados pela direção, por exemplo, com o Dom Helder Câmara. O Raul Martins Bastos, que era o pauteiro – digamos assim – do jornal, fazia uma pauta imensa, brilhante, ele era o mais notável pauteiro que eu jamais cruzei na minha vida. E essa pauta ia todo dia para a direção, o Dr. Júlio de Mesquita Neto – que era então o diretor do *Estadão* – fazia observações ou comentava, depois, comigo ou com o Oliveira Ferreira, que era o chefe, o que podia fazer, o que não podia fazer. Invariavelmente, bastava aparecer o Dom Hélder Câmara e vinha lá: três linhas e a assinatura dele. Nem que fosse a favor do D. Hélder Câmara, era só três linhas. Então, esse limite estava dado institucionalmente, digamos. Porque você tinha uma pauta, a direção dizia daquela pauta o que era executável, o que não era executável, mas não se metia com as coisas da censura, ao contrário. Muitas vezes, a gente recebia recados: "Não pode noticiar o conflito tal em Paraopebas no Pará." – "Ah, legal, a gente nem sabia que tinha tido um conflito lá, vamos apurar". Então, a gente ia apurar o conflito que a gente não podia noticiar. Por quê? Por aquele espírito: nós vamos fazer o nosso papel e eles fazem o deles.

Mas tem um grau de frustração aí ao longo do tempo, não?

Tem. Tem um imenso grau de frustração, porque eu pessoalmente tenho duas grandes. Uma, a missa da morte do Alexandre Vannucchi Leme, estudante de medicina da USP, na catedral de São Paulo, em que eu fiz uma matéria (uma das raras matérias que eu gostei da maneira como ela foi feita) e não saiu uma maldita linha, nada, zero. E matérias do golpe no Chile, em que toda a participação de policiais brasileiros, o [Sérgio] Fleury, os torturadores brasileiros, a participação do Brasil no golpe, tudo foi cortado do noticiário, o que só agora começa a ser recuperado. Não só na conspiração contra Salvador Allende, como na repressão depois. E isso não saiu uma linha. E, inclusive – o pior é isto – as matérias saíam,

mas saíam sem aqueles pedaços e o *Estadão* publicava, não lembro se eram poesias ou receitas, ou ambas as coisas. E a gente achava, bestamente, que os leitores entendiam, e depois você vai descobrir que nem sempre entendiam, uns talvez entendessem, mas a maioria nem sequer se desse conta. E você, na verdade – porque eram matéria assinadas – ficava sendo o bobo da corte, porque eram textos mutilados, mas assinados. Isso é pior. Cortar tudo de uma vez te frustra, mas é melhor, porque você não passa por omissos, conivente, nem por nada. Quando é parcial, você se sente um pouco... Claro que na hora você se sente um herói, fala: “Pô! Eu fiz!” Mas isso é bobagem, porque não é assim que as pessoas lêem o que você fez, mas isso você só percebe depois, porque estamos falando, de novo, de uma época em que não havia nenhuma interatividade. Uma vez, o José Antonio Novais – que era o correspondente do *Le Monde* e do *Estadão* na Espanha – cobriu a Revolução dos Cravos, em Portugal, em 1974. Viajamos juntos de trem e ele me deu uma definição do trabalho de correspondente, que eu acho que vale para o jornalista de modo geral, que é a seguinte: “É como um náufrago que coloca uma mensagem numa garrafa e não sabe se chegou e para quem chegou, se foi lida ou se não foi, se terá alguma resposta ou não”. Nessa época, o trabalho que nós fazíamos tinha essa mesma característica: náufrago que bota uma mensagem e lança ao mar, quer dizer, achávamos que éramos heróis, porque achávamos que estávamos mandando uma mensagem de resistência à ditadura, mas não tínhamos a menor idéia de como o receptor da garrafa a recebia realmente.

Você fez daqui a cobertura do golpe no Chile?

Não, eu fui ao Chile, dias depois. Na verdade, eu fui para Buenos Aires, porque o Chile fechou por terra, mar e ar. Depois do banho de sangue que se seguiu ao golpe, ninguém entrava. Eu fui para Buenos Aires, passei três ou quatro dias tentando chegar e não deu, voltei. E no primeiro avião que finalmente foi ao Chile, acho que dez dias depois, aí eu fui para cobrir ao vivo e em cores.

Quais eram as condições de conseguir informações no Chile?

Muito precárias. Primeiro: havia toque de recolher, então, você tinha que parar de trabalhar às 18 horas para chegar em tempo ao hotel, antes do início do toque de recolher, sob pena de ser fuzilado na rua, podia acontecer. Segundo: todas as fontes do lado do governo da unidade popular, do governo Allende, ou estavam na clandestinidade ou estavam presos, estavam mortos, você só tinha, a rigor, a história oficial. Eu ainda tive sorte de ter contato com gente do Partido Socialista – no Comunista muito pouco, só depois – que um pouco me contavam como é que estava indo a coisa. E acompanhei dois pais brasileiros, da alta burguesia, que

foram ao Chile em busca dos filhos que eram de esquerda e estavam exilados. Aí você faz inclusive um papel de agente de direitos humanos, porque me parecia desumano deixar dois pais desesperados, absolutamente desesperados, largados numa situação em que você não tem a quem recorrer, porque o golpe recém instalado era uma coisa selvagem e brutal. Eles iam bater na porta da embaixada brasileira – ainda mais a embaixada, que tinha participado do golpe – e pedir: “Ah, meu filho, coitado!” Provavelmente, o embaixador iria dizer: “Dane-se. É comunista, tem que morrer.” Então, eu fui com eles ao Estádio Nacional, fui com eles à *Vicaría de la Solidaridad*, da Igreja Católica, que passou a fazer esse trabalho de proteção, dentro do possível, aos perseguidos, etc. E aí você tem a informação do outro lado, o mínimo de informação do outro lado, mas não é a informação correta, ideal. Mas ao mesmo tempo, eu tive uma aula de como é que você lida em entrevistas com o poder, porque estávamos no governo Médici aqui, o silêncio dos cemitérios. Chego lá e todo dia tem um *briefing*, que o porta-voz da junta militar – depois virou opositor e participou inclusive da campanha que derrubou o [general Augusto] Pinochet, anos depois – e esse cidadão, todo dia, aparecia na sala de imprensa que ficava ali no Hotel Carrera, no centro e que não existe mais aliás. O hotel ainda existe e foi transformado em Ministério das Relações Exteriores, o que eu só descobri agora, da última vez que estive em Santiago. Aí esse cidadão fazia um *briefing* todo dia, os jornalistas americanos e alguns jornalistas europeus faziam perguntas absolutamente devastadoras. Eu ficava admirado e dizia: “Esses caras vão ser presos.” No dia seguinte, eu olhava e estavam todos lá e eu dizia: “Esses caras vão ser presos, torturados e mortos, isso não é possível.” Se no Brasil que é menos violento, os caras seriam presos, imagina aqui no Chile nessa situação. Então, aprendi que, enfim, você não tem que alisar, seja o poderoso autoritário, democrático ou não, o papel do jornalista não é servir de escada para porta-voz de qualquer tipo de poder. Então, foi uma boa aula de jornalismo. Mas as circunstâncias de trabalho eram realmente terríveis, coisas do Estado nacional, é de você chorar de dor de ver o ponto que chega o ser humano.

Os pais encontraram os filhos, afinal?

Não. Quer dizer, talvez tenham encontrado, mas depois eu me desliguei deles. Na hora em que eles encontraram o caminho de obter informações, basicamente via igreja chilena, eu passei aí a trabalhar. Aliás, houve um incidente engraçado nessa viagem, que a primeira missão que eu tinha era procurar um editorialista do *Estadão* – eu estava trabalhando no *Estadão* nessa época – que tinha ido ao Chile antes do golpe pra visitar a filha que estava exilada lá. No golpe, a filha pulou para Embaixada do Panamá e ele ficou no apartamento que foi invadido pelos militares.

E o jornal soube disso, mas não tinha mais notícia do que tinha acontecido com ele. Então, me pediram que a primeira coisa que eu fizesse, ao chegar em Santiago, fosse procurá-lo para saber se ele precisava de alguma coisa, se estava vivo ou morto, enfim. Eu fui, conversei com ele, estava tudo bem – não que se possa ficar bem nessas circunstâncias – e não tinha sido agredido, nem preso, nem nada, e deixei com ele o endereço do hotel em que eu estava para qualquer necessidade que ele tivesse. Acontece que eu tive que mudar de hotel por causa do toque de recolher. Tive que ir para o Hotel Carrera, onde ficava o centro de imprensa, para poder trabalhar à noite, pelo menos escrever. A transmissão era por telex, coisa que jornalista de hoje nem sabe o que é, nem como funciona. Não tinha internet, nem fax. Era o telex, uma maquininha tipo telégrafo, um pouco mais moderna, que só tinha no Carrera. Então, eu não podia ficar naquele hotel sob pena de não poder mandar matéria. Mudei de hotel e nesse hotel anterior em que eu estava originalmente, estavam os russos da Embaixada e da [companhia aérea russa] Aeroflot que estavam fugindo, romperam relações, etc. Aí num dado dia, o tal Cunha Mota liga para o meu hotel original e é informado que eu tinha ido embora com os russos e ele avisa ao jornal no dia seguinte: “Ele foi embora com os russos.” Eu não tinha ido embora com os russos, eu tinha mudado de hotel.

O *Estadão*, como você lembrou, participa da conspiração pelo golpe. O que você lembra da mudança de posição, pelo menos do rompimento do *Estadão* com o governo militar e se houve algum tipo de momento mais tenso da direção com o governo militar ao longo desse tempo?

Não que eu me lembre, mas aí eu volto a dizer: como era o relacionamento deles na alta direção, eu realmente não sei. Eu acompanhei, digamos, no subsolo da história. Mas, na minha memória, o momento de rompimento é o AI-5 e o famoso editorial “Instituição em frangalhos”, que foi censurado e não saiu. Era um editorial, aliás, brilhante e provavelmente foi o último grande editorial de lavra do velho Júlio de Mesquita Filho. Aí acho que é o *turning point* das relações do *Estadão* com a ditadura militar. Daí em diante foi sempre a pior possível, dentro dos limites. Não era um jornal de esquerda, não era um jornal revolucionário, não era um jornal que apoiava a luta armada, não era um jornal que apoiava o Partido Comunista, mesmo quando o partido não estava na luta armada. Enfim, dentro desses limites, sem dúvida, as relações foram se deteriorando cada vez mais, a ponto de se tornar o jornal mais lido de referência para a esquerda, inclusive para os exilados, por ser um jornal importante que apoiara o golpe e estava contra. Era interessante para a esquerda mostrar: “Está vendo? Esses caras são tão selvagens que até os que apoiaram estão hoje contra.” Como vários outros como o Severo Gomes, Teotônio

Villela que, enfim, ou apoiaram o golpe ou trabalharam pelo golpe e depois mudaram de lado porque, de novo, se colocou não a linha ideológica, mas a questão da linha divisória entre civilização e barbárie.

Como era a composição política da redação?

Não sei. Eu nunca me preocupei com isso, honestamente. Nunca perguntei, nunca quis saber. Não me interessava saber quem era de que lado. O lado era ali. Enfim, você tinha que estar do lado da democracia e do jornalismo ou então do lado da ditadura. E como o jornal se afastou da ditadura, os que eventualmente fossem a favor dela, cada vez menos se manifestavam, cada vez menos eram importantes. Então, nunca foi uma preocupação minha saber quem estava de que lado. Que nem você tinha militância em algum outro partido clandestino ou não clandestino, nunca entrou na minha linha de preocupação esse tipo de coisa.

Nesse tempo, o *Estadão* ainda é o principal jornal de São Paulo. Como a *Folha* começa a ganhar espaço? É na reforma que o Cláudio Abramo vai fazer nos anos 1970? Como vocês viram esse processo de dentro do *Estadão*?

Visto do lado do *Estadão* foi assim: em 1975, talvez 1976, numa determinada cobertura que eu já não me lembro qual é... Deixa eu voltar um pouco... Eu entrei no *Estadão* quando o Cláudio Abramo já tinha saído. Não distante ficou no *Estadão* o fantasma da grande figura que era o Cláudio Abramo e de suas máximas, uma delas é: "um grande jornal se conhece nos grandes assuntos". Nem sei se ele disse isso alguma vez, mas, enfim, a redação do *Estadão* que ficou depois que ele foi embora assumiu como palavra de Deus essa frase. Aí um dos grandes assuntos em 1975 ou 1976, não lembro exatamente qual é – me parece que estava ligado à greve operária, talvez no ABC [paulista], não sei. Nós da redação do *Estadão* chegamos à conclusão que a *Folha* havia feito uma cobertura melhor, pela primeira vez. Não que a gente fosse presunçoso; a gente era muito autocrítico, realmente. Examinamos e concluímos: "Olha, eles fizeram uma cobertura melhor do que a gente, então, se em um grande jornal se conhece nos grandes assuntos, nesse grande assunto, o grande jornal foi a *Folha* e não o *Estadão*, então, tem alguma coisa errada aqui". Aí fui e procurei... Eu era assistente de editor-chefe, se não me engano, basicamente tocava o jornal, porque o Oliveiros Ferreira, que era o editor-chefe, ficava mais encarregado, digamos, das relações institucionais, não falar de ditadura. Eu tenho a impressão de que naquela época a censura prévia já tinha sido levantada ou estava pra ser levantada.

Em 1975 é levantada.

Pois é, deve ter sido 1975 ou 1976, não sei se foi imediatamente depois, ou imediatamente antes, mas, enfim, o Oliveiros era quem chefiava a redação, mas tinha um cuidado maior com as chamadas relações institucionais, para não deixar que os confrontos entre o jornal e a ditadura levassem a um rompimento que pudesse pôr em perigo a empresa. E eu, então, tocava o dia-a-dia, a minha orientação era jornalística, mas não – digamos – político-ideológica. Mas o Júlio [de Mesquita] Neto se reunia muito, às vezes, comigo para discutir a pauta, o dia-a-dia, não para discutir a situação da ditadura, e eu tomei a liberdade de dizer: “Olha, Dr. Júlio, os caras fizeram um trabalho melhor, precisamos ver, temos problema aqui, ali, tal...” E ele me interrompeu: “Não de preocupe. O Frias [Octávio Frias de Oliveira] é um comerciante e eles nunca vão fazer um grande jornal.” E me calei para sempre e deu no que deu.

Você falou da cobertura do Chile e dos cortes que foram feitos nas suas coberturas, mas você citou também a Revolução dos Cravos. Conte essa outra cobertura, como ela foi e em que medida ela conseguiu ser publicada aqui no Brasil.

A [cobertura da] Revolução dos Cravos acho que saiu tudo, porque estamos falando de 1974 e era longe, por mais que pudesse haver simpatias pelo Salazarismo aqui no Brasil, Portugal era muito mais longe do que é hoje. De novo, estamos falando de eras sem comunicação instantânea, enfim... Portugal tinha desaparecido do noticiário completamente, e eu, inclusive, fui para Portugal sem saber nada. A notícia mais recente que eu tinha de Portugal em 1974 era a da independência do Brasil 150 anos antes. Não tinha nem a menor idéia do que acontecia em Portugal, porque uma ditadura daquele gênero some do noticiário. Uma coisa é uma ditadura que tem freqüentes violações aos direitos humanos todo dia e mais próxima, como a da Argentina e Chile. E outra é a de Portugal, remota, antiga, de mil novecentos e nada, então não... Inclusive foi uma irresponsabilidade profissional, você ir sem saber absolutamente nada. Por sorte inacreditável, eu cheguei em um sábado e, no domingo, bati na porta de um semanário chamado *Expresso*, que ficava em frente ao hotel em que eu estava – eu não conhecia o jornal, não tinha idéia do que era e se era bom; se era de esquerda ou de direita; não sabia o que era. Trombo com um cidadão chamado Marcelo Rebelo de Sousa, que veio a ser, bem depois, o Primeiro Ministro de Portugal, filho do Ministro das Colônias do Salazar, mas opositor à ditadura, que teve a paciência inacreditável de ficar conversando comigo por duas horas, me deu uma aula de Portugal (e uma aula sem viés). Ele não puxou brasa para sardinha nenhuma de posição dele, não. Ele me deu uma aula como se fosse

um professor, dizendo: "Olha, os grupos são esses, tem os maoístas, foi assim, o problema das colônias é assim." Enfim, um curso completo sobre Portugal em duas horas ou três horas, o que me permitiu fazer uma cobertura menos superficial. Agora, em termos de cortes, ao contrário da do Chile, foi legal, porque realmente pude botar o coração na cobertura. Foi uma baita festa, ao contrário do Chile, que foi um velório permanente, violência, etc. A Revolução dos Cravos foi exatamente o inverso. Foi uma festa permanente e foi também a primeira das muitas transições para a democracia – eu devo ter o recorde jornalístico de cobertura de transição para a democracia. Um recorde absolutamente inútil, não serve para nada, mas, em todo modo, é um recorde, porque eu fiz: Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, todo o Centro América, Portugal, Espanha e África do Sul. Duvido que tenha algum outro jornalista que tenha feito tanta transição do autoritarismo para a democracia. E a primeira foi exatamente a de Portugal, e foi uma festa. Aquela canção do Chico: quero que "o Brasil seja um imenso Portugal", algo assim. E você cobria com esse espírito "Quero que o Brasil seja um imenso Portugal". Estamos falando de 1974 e, a rigor, o Brasil nunca viveu esse tipo de festa, porque a transição aqui não foi abrupta, foi alongada no tempo, enfim, quando se deu a transição para democracia nem houve festa, já estava velha a festa.

Em que momento você se torna editor-chefe do jornal?

Acho que foi setembro de 1976.

Mas antes de virar editor-chefe, que outras reportagens suas foram marcantes nesse período?

Só as coberturas internacionais. No *Estadão*, eu fiz, além do golpe no Chile, da Revolução dos Cravos, em Portugal, o início - em alguns casos, ao fim - do processo de independência das colônias africanas de Portugal: Moçambique e Angola, especificamente. Também foi uma baita aula, porque é outro planeta. A África, realmente eu não tinha idéia do que era aquilo, a não ser depois de ter ido... Na verdade, eu cobri o começo do processo de independência, porque, depois da Revolução dos Cravos, Portugal vê que não tinha como ficar na África e começa a sair, e eu cobri esse pedaço. Ainda cobri o golpe na Argentina que, enfim, era uma reprodução ampliada do golpe no Chile. Basicamente, eram reportagens internacionais. No *Estadão* eu era chefe, não era repórter.

Você acha que essa cobertura internacional era menos visada pela censura?

Muito menos, sem a menor dúvida. A gente tinha a pretensão em mandar recados no meio das matérias. Duvido que os leitores tenham percebido os recados, mas a gente achava muito bacana, porque enfiava lá no meio da matéria sobre Espanha. Ah, cobri, também, pelo *Estadão* a transição do Franquismo para a democracia, até a primeira eleição livre em 1977 e foi a última cobertura que eu fiz pelo *Estadão* já brigado e afastado do cargo de editor-chefe.

Como é esse início das coberturas internacionais? Uma vez que você chega em um país, o que você tem em mente? É ir para a rua tentar conversar com as pessoas? Em que medida a sorte do repórter entra nesse processo?

Eu vou contar aqui, não devia, mas vou contar como foi a primeira [cobertura], a do Chile, porque as pessoas podem imaginar que jornalismo é uma coisa científica, as pessoas analisam: "Bom, o Clovis Rossi tem 1,98 m, é bonito, alto, branco, então nós vamos mandá-lo para o Chile..." Coisa nenhuma! Foi assim: O Oliveiros [Ferreira], o chefe, grita - "Quem tem passaporte em dia?" E eu do lado dele, era assistente dele, eu levanto a mão: "Eu tenho." E ele me manda para o Chile e foi assim. A escolha não teve nenhuma ciência e talvez outros tivessem levantado a mão, mas estavam mais longe. Então, eu tive a sorte de ser mandado para o Chile, que me abriu horizontes diferentes, embora tenha sido uma cobertura extremamente penosa. Mas do ponto de vista de alavancagem profissional, foi excelente, porque foi uma cobertura que agradou tanto ao Miguel Urbano Rodrigues, o português editorialista do *Estadão*, que era comunista e tinha muitas fontes na América Latina. Depois que ele voltou da Revolução dos Cravos, ele me passou a caderneta de endereços dele da América Latina, o que foi uma preciosidade, porque ele conhecia todo mundo à esquerda, principalmente, mas conhecia também muita gente da direita, porque ele não trabalhava para uma publicação da esquerda. Então, ele tinha também que fazer as coisas como tem que ser feitas, sem olhar o lado. Voltando [ao assunto], era na rua, não tinha outra coisa para fazer. Você tinha que ir para rua (e basicamente é feito até hoje, você pega os jornais do dia e dá uma olhada). No caso do Chile, em que você sabia que só iam sair coisas que a ditadura quisesse que saísse, você só pegava o jornal, não para usar o material publicado, a não ser que fosse nota oficial, que você reproduzia eventualmente, para se pautar. E eu me lembro inclusive, de novo, na questão da sorte, ao invés de ciência, em que um determinado dia sai uma notinha no *El Mercurio* dizendo que ia haver uma reunião na [Universidade] Católica de Santiago, dos reitores com os generais, para decidir o destino das universidades logo depois do golpe. E eu fui até lá, ouvi um pedaço da reunião pela janela, inclusive - nem dava para entrar - sabia o que eles estavam discutindo, mas tive

que voltar antes de terminar a reunião por causa do toque de recolher. Isso era uma sexta-feira e eu já tinha mandado o material especial de domingo: aquelas coisas frias, porque o jornal fechava mais cedo e eu mandei na sexta-feira. Mas é aquela velha história: você manda pelo telex, deixa para o teletipista, ele manda a fita e depois copia no papel, cheio de erros. E eu, por excesso de zelo até – não eram erros graves, eram erros de datilografia, basicamente – peguei aquela imensa fita de telex, ia voltar para a sala de telex, entro no elevador e entra comigo um reitor de uma universidade do interior do Chile, que, também por causa do toque de recolher, foi obrigado a ficar em Santiago. Aí ele me pergunta: “Você é jornalista?” – “Sou.” – “Você soube do que aconteceu?” – “Não, não soube. Quero dizer, sei em parte porque eu estava lá.” – “Pois é, eles decidiram decretar intervenção militar em todas as universidades do país. Todos os reitores serão oficiais gerais.” Eu disse: “Você está brincando comigo. Não é possível que eles chegaram a esse ponto.” E ele: “Não, foi assim...” Eu disse: “Então, você vem comigo que nós vamos na sala de imprensa e eu vou mandar já esse negócio.” Sentei com ele do meu lado, ele falando, eu escrevendo, foi furo internacional. Ninguém deu no dia seguinte. Ciência, sorte? Não. Primeiro: trabalho físico. Podia ter deixado, ido dormir, em vez de ter ido corrigir uma matéria que só ia sair dois dias depois. E cruzar com o cara no elevador, porque se fosse cinco minutos antes ou cinco minutos depois, eu não cruzaria e não saberia o final da reunião.

Você se lembra de alguma outra ocasião que poderia ter sido atribuída à sorte de você estar numa cobertura internacional dessas e acontece alguma coisa que muda o direcionamento?

Não. Basicamente é muito mais transpiração. O trabalho de cobertura, não só internacional, como nacional, é muito mais transpiração que inspiração. É realmente ler muito, ir atrás de tudo, gastar sola de sapato cobrindo manifestações, marchas, comícios, etc. Gastar ponta do dedo telefonando, gastar bunda na ante-sala de autoridade para, às vezes, obter meia linha de informação – e, naquele tempo, gastar a tarde inteira num “IBGE” da vida, do Chile, da Bolívia, de onde seja, para levantar um dado sobre o crescimento ou o encolhimento da economia de um determinado país, o que era um problema. Hoje em dia você já chega, seja na Argentina, onde seja, na Tanzânia, com os dados todos da economia, porque está tudo na internet. Naquele tempo não tinha nada disso, então você era obrigado a bater na porta dos “IBGE’s” da vida pelo mundo para saber como anda a população, a economia, não tinha esse tipo de informação. Então, é realmente muito mais transpiração que inspiração. Pelo menos a minha experiência é essa.

Você acha que essas dificuldades que os jornalistas desse tempo tinham e que o jornalista de hoje não tem provocavam o desenvolvimento maior naquele profissional?

Não sei. É difícil dizer, porque veja: eu não tinha nenhuma outra formação a não ser a de jornalista porcamente feita, honestamente falando. E eu sou obsessivo com essa coisa de aprender, realmente sou obsessivo. Depois dessa cobertura de Portugal, eu achei que fui irresponsável em aceitar fazer a cobertura em um país onde eu não tinha a menor noção do que era, mal e porcamente sabia que ficava perto da Europa, dos franceses. É só você atravessar a Espanha e os Pirineus, você cai na Europa. Naquele tempo, era a África. Hoje menos. O que eu fiz em seguida? Na perspectiva eventual de que eu fosse cobrir – porque eu já tinha feito o Chile, depois Portugal – falei: “Vai que me cai na mão qualquer outra coisa?” Então, comecei a assinar publicações internacionais aos quilos. Recebia revistas espanholas, o [jornal] *Expresso* de Portugal, que tinha um belo noticiário sobre a África, pelo menos das colônias africanas de Portugal, ou ex-colônias de Portugal, depois. E publicações francesas, enfim, obsessivamente procurando não ser mais pilhado em situações de ignorância e não tinha mais limites. Porque quando eu fiz o Chile, eu falei: “Bom, a América Latina é um território que eu vou pisar várias vezes. Já tenho a agenda do Miguel Urbano, já me ajuda, e é mais fácil porque está mais perto. Mas e a África? E a Europa?” E aí ampliou demais e eu ficava lendo essas coisas desesperado: “E se cair um treco desses? Como é que eu vou conseguir fazer?” Então, insisto, eu chamo de trabalho braçal – evidentemente ler publicações não é trabalho braçal – mas é muito mais transpiração do que inspiração, acho eu.

Você lembrou a sua cobertura da morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme e mais ou menos na mesma época, a gente teve também a morte do jornalista Vladimir Herzog. No caso do Herzog, qual foi a possibilidade dos jornais falarem sobre o caso?

Não sei, porque eu estava na Espanha cobrindo um dos momentos agudos da transição e eu, realmente, de novo, sem internet, sem televisão a cabo, sem [o canal] *CNN*, sem [o canal] *GloboNews*, tinha zero de informação. Eu realmente não sei como é que foi aqui. Esse episódio eu perdi completamente, porque estava muito longe.

Mas de qualquer forma, quando você volta, ainda tem algum resquício do impacto que essa morte teve entre os jornalistas?

Tem o resquício do impacto, mas já muito quase que resolvido, porque todos aqueles incidentes: se enterra como suicida, não é suicida, foi suicídio, não foi... Tudo isso estava resolvido, na nossa cabeça, estava resolvido. Tinha sido assassinato e um assassinato da repressão. Havia toda a pressão em cima do general Ednardo d'Ávila Mello, comandante do II Exército. E logo depois vem o caso do operário Manoel Fiel Filho, morto nas mesmas circunstâncias, que causa a queda do Ednardo. Inclusive, aí, o Ricardo Kotscho fez uma belíssima reportagem sobre a morte do Manoel Fiel Filho que, enfim, pôs essa situação toda e pôs um perfil bem emocionante da pessoa. Embora evidentemente a morte do Manoel Fiel Filho – aí é um problema clássico da divisão de classes – era um operário e não merecia tanta ênfase. Não merece entre aspas, não é o que eu penso, mas o que acontece na vida real e não mereceu a mesma ênfase, o mesmo espaço como a morte de um intelectual como era o caso do Vlado [Vladimir Herzog]. Mas foi, enfim, a gota d'água, porque se viu que o padrão de comportamento das autoridades militares não mudou, apesar do assassinato do Vlado.

O que determinou a sua saída do *Estadão* em 1977? Que briga é essa?

A briga foi basicamente por uma das rodadas de demissões em massa que começa com a desvalorização da moeda brasileira da época, não sei qual era. Trinta por cento de desvalorização, sei lá. E o jornal então decide... O jornal já tinha construído a sede do bairro do Limão, com um custo extraordinário, uma confusão... Aí baixa um édito dizendo que tinha que cortar milhares da moeda da época, o que significava... Quando sai esse édito, eu estava em Cuba, por mera coincidência. Estamos falando de 1977, uma época que não era permitido ir a Cuba. Eu tinha chegado inclusive com um visto obtido em Paris, nem nas imediações daqui. E aí acaba se fazendo uma mistura indevida, incorreta de questão política, ideológica, como se eu fosse um agente cubano – uma coisa que nem remotamente tem parentesco com a realidade. E eu era o editor-chefe do jornal. Teoricamente deveria ter sido chamado para discutir e decidir o que fazer para fazer o ajuste financeiro da empresa. Não fui chamado não sei se porque estava em Cuba circunstancialmente ou se eles não iam me chamar mesmo e se a decisão ia ser tomada pelas instâncias técnico-administrativas. Então, era uma coisa absolutamente brutal. Na época em que o jornal tinha mais guardas de segurança do que repórteres. E numa época em que: primeiro, a luta armada já havia terminado e não havia começado ainda a violência comum com as dimensões tem hoje, portanto, não era necessário ter tanto guarda de segurança. E havia também um inchaço brutal da estrutura de meio, enfim, a empresa só fabricava um produto: o jornal *O Estado de S.Paulo* e o *Jornal da Tarde*, que também tinha seu

corde à parte. Então, na minha cabeça, não cabia tratar da mesma maneira a redação – que fazia o único produto da empresa – e os demais setores. Inclusive, eu discuti com um dos diretores financeiros da época e disse pra ele o seguinte: “Para eu falar com você, se eu for até o seu andar, na sua sala, eu passo por duas secretárias e duas ante-salas. Você para falar comigo vem direto na minha mesa. Porque eu não tenho secretária, nem quero ter. Não tenho sala, nem quero ter. O meu problema não é esse. O problema é que vocês encheram de gente isso aqui, para conforto de vocês e não para a operação da empresa, e aí vocês querem cortar a redação da mesma maneira que vão cortar o resto? Alguma coisa está errada.” E me opus a isso. A redação fez várias reuniões internas para discutir o que fazer, havia várias propostas, algumas absolutamente malucas e tal. E chegou a um ponto que eu entreguei o cargo de editor chefe, porque não tinha como aceitar aquele tipo de situação que ia destruir a redação. Se não a empresa, a redação. De fato não destruiu a empresa, mas ela afundou em termos de prestígio, em termos de repercussão e nunca mais se recuperou. Tanto é que, a partir daí, a *Folha* dispara na frente e hoje, acho eu, não só ela é melhor como é muito mais importante que o *Estadão*, o que é uma contradição em relação aos primórdios do jornalismo. Foi uma briga administrativa.

O que você foi fazer em Cuba?

Fui fazer o seguinte: o senador George McGovern decidiu acompanhar uma equipe de basquete americano para jogar em Cuba, rompendo um pouco o bloqueio. Como era mais ou menos recente a diplomacia do ping-pong entre os Estados Unidos e a China que resultou no reatamento das relações, etc., parecia que ia se reproduzir isso em Cuba. Então eu sugeri: “Vamos fazer?” O *Estadão* topou e eu fui fazer. O gancho era esse, mas acabei fazendo cinco ou seis páginas sobre Cuba naquele momento. Uma espécie de *update* da situação de Cuba. Foi isso.

Isso é publicado na íntegra?

O texto sim, é publicado na íntegra. Agora, eu mandei cinco matérias de Cuba por telex. Duas chegaram, uma chegou com uma semana de atraso, portanto não pôde ser publicada porque estava velha, falava-se do jogo de basquete e duas se perderam no espaço, não sei onde foram parar, se é que foram mandadas, mas nada que fosse censurado pelos cubanos não, problemas provavelmente técnicos, então, as matérias sim. Aí aconteceu o seguinte: quando eu estava para voltar... Eu peguei o visto de Cuba, como eu já disse, na embaixada em Paris, com a intermediação do [Miguel] Reale Júnior, que era o correspondente do *Estadão* lá em Paris, para não ter carimbo de Cuba no meu passaporte, porque era proibido. Fui

para Cuba. Agora, para sair de Cuba, eu ia passar nos Estados Unidos para ver a comunidade cubana em Miami. Para sair de Cuba não tinha muitas alternativas, naquela época acho que era Jamaica, Panamá e um terceiro país. Eu fui e pedi o visto do Panamá e tolamente entreguei o passaporte e os caras carimbam uma página inteira "*Embajada de Panamá en La Habana – Cuba*". Aí não tinha como esconder, porque eu tinha que voltar e eles viam meu passaporte aqui. Aí o pessoal do jornal se mobilizou, foi me buscar no aeroporto para evitar problemas e, muito tempo depois, eu soube que os coronéis do II Exército queriam me prender no aeroporto, apesar de não ser um clandestino. Saiu no jornal a matéria. Duas só, mas saíram. Estava lá: enviado especial, Havana. E o general Dilermano Gomes Monteiro, que já havia assumido no lugar do Ednardo [d'Ávila Mello]: "Não, bobagem, a gente convida ele para conversar aqui." E de fato, uma semana depois de eu voltar, eu recebo um convite – um convite mesmo, não foi uma intimação – fui lá, sentamos num sofazão largo, ele do meu lado e, atrás, quatro ou cinco coronéis, alguns deles com aqueles óculos escuros do [Augusto] Pinochet. E aí o general pergunta: "E aí, como é que a ilha lá?" E eu digo: "Olha, general, o senhor quer saber a verdade? Para o tal de povo muito bom, mas para nós, burgueses, é uma merda, porque tem fila para tudo." Aí ele deu risada, os próprios coronéis se descontraíram, aí a conversa ficou muito mais em torno da sucessão do [João] Figueiredo do que em torno de Cuba. Quebrou o gelo e não fui preso por isso, embora tivesse algum risco, alguma perspectiva, e eu vim saber disso muito depois.

Você mencionou a questão da sucessão. Como era a possibilidade de se cobrir a escolha dos generais nos momentos de sucessão?

No fundo no fundo, era plantão na porta das reuniões do alto comando do Exército. Como eu não tinha trânsito nenhum com esse pessoal e nem fazia muita questão de ter, então, para mim, era impenetrável. Tanto é que eu brinco hoje, quando me pegam, como eu contei do negócio do Celso Amorim que falou: "Pô, que legal, você ainda faz plantão apesar de ser um veterano!" Eu comento sempre com os companheiros mais jovens que, por exemplo, fazem plantão à porta da Embaixada Brasileira na Piazza Navona, em Roma, que eu progredi muito na vida. Que antes eu fazia plantão na porta de quartel e agora eu faço plantão na porta da Embaixada. Sem dúvida, é um baita progresso.

Como foi o seu caminho d'O Estado de S. Paulo até a Folha de S. Paulo?

Bom, eu saí do cargo de editor-chefe e depois pedi demissão, porque não tinha condições de ficar lá, o clima era horrível. Fiz a cobertura da primeira eleição

democrática na Espanha depois da morte do [Francisco] Franco, em 1977, e fui para o *Jornal do Brasil*, em Brasília. Fiquei lá uns quatro meses, mas Brasília é uma cidade muito ruim para você viver sem uma estrutura familiar, porque ali é uma cidade basicamente corporativa: jornalista se reúne com jornalista, político se reúne com político, militar se reúne com militar, pessoal do Banco Central se reúne... Enfim, tudo ali era – não sei como é hoje – fofoqueira, digamos assim. Pelo menos naquela época. Eu me lembro que uma vez eu fui conversar com um almirante do Supremo Tribunal Militar, ainda na ditadura, e depois voltei para o Congresso, que era o ponto básico onde a gente circulava. E dois ou três colegas já haviam dito, cinco minutos depois dessa conversa: “Pô! Você esteve com fulano de tal...” E eu pensei: “Pô, que diabos esses caras tem que saber com quem eu fui conversar?” Não é uma coisa saudável. Isso aqui em São Paulo não acontece e, no Rio, também duvido que aconteça. E sem família, porque não podia tirar meus filhos da escola, ia levar no começo do ano. Aí consegui um emprego na [revista] *IstoÉ*, voltei para São Paulo e fiquei na *IstoÉ*, que cria o *Jornal da República*. O *Jornal da República* afunda e o Cláudio Abramo me indica para a *Folha* e eu vou e fico na *Folha* onde estou até hoje, 20 anos depois.

Quando você chega na *Folha de S. Paulo*? 1980?

Isso.

O Abramo já tinha saído, em 1977, quando entrou o Boris Casoy no lugar dele. Qual era a situação da reforma que tinha sido iniciada com o Abramo?

Bom, o Abramo estava de volta, porque ele saiu do *Jornal da República* comigo, porque o *Jornal da República* fechou, todo mundo saiu e ele voltou para a *Folha* como correspondente em Londres. Depois ele foi para Paris – não lembro onde primeiro. Mas continuava sendo uma figura importante na *Folha*, porque o Sr. Frias [Otávio Frias de Oliveira] gostava dele, o Otávio [Frias Filho] trabalhou com ele. Imagino que tenha, inclusive, aprendido muito com o Cláudio [Abramo], aquelas famosas frases que deixou no *Estadão*, acho que tenha deixado na *Folha* também, embora eu não me lembre delas. Mas o fato é que o Cláudio é uma figura e um ícone do jornalismo brasileiro até hoje. Então, o Cláudio ainda existia como figura importante e relevante na *Folha*. E o Boris não desmanchou o que o Cláudio tinha feito, ao contrário, tocou para frente. Como eu não vivi a reforma do Cláudio desde o princípio, eu não sei direito como é que foi feito e como era o ambiente interno, quais foram as coisas que foram feitas, mas o que eu percebia é que o Boris tocou a coisa como se fosse o próprio Cláudio, claro que com as diferenças naturais de temperamento. O Cláudio é um vulcão e o Boris é um sujeito de um temperamento

muito menos vulcânico. Mas acho que a *Folha* já tinha embicado num rumo que não seria alterado nunca mais. Tenho a impressão que tinha muito do espírito do Sr. Frias em tudo isso, que é um sujeito que sempre se dizia: "Eu não sou jornalista, eu sou comerciante." Ele próprio dizia isso, mas certamente tem alma de repórter, tem inclusive alguns furos famosos, como o caso do Tancredo [Neves] que ele mesmo descobriu que era um mioma, então, era um câncer e não diverticulite. Foi ele que descobriu e, portanto, causou revolta dos repórteres que estavam cobrindo em Brasília: "Mentira. Não pode ser." E era verdade. E vários outros momentos que eu acompanhei diretamente com ele a queda do Gustavo Franco, do Banco Central, que levou à mudança da política cambial que, naquele momento, era uma coisa dramática. E a horas tantas, cinco, seis horas da tarde ele me procura e diz: "Alguém me disse que está saindo um diretor do Banco Central, então precisamos apurar." Como se ele fosse tão repórter como eu, eu falei: "Se lhe disseram que está saindo alguém do Banco Central não é diretor, é presidente. Não iam contar para você que um diretor do Banco Central está saindo. Então é o Gustavo Franco, vamos apurar, mas é o Gustavo Franco." Aí telefono para Deus e o mundo e nada, ninguém confirma. Oito, nove horas noite, já fechado o primeiro clichê, ele me chama e diz: "Olha, falei com fulano de tal e ele confirmou. Você tinha razão, o Gustavo está saindo." Ele falou: "Dá para você fazer uma notinha?" Eu falei: "Dá. E acho que a gente tem que dizer na notinha que vai mudar a política cambial." E fizemos, foi uma notinha pequena, só a *Folha* e *O Globo* deram essa informação e até hoje eu me arrependo de não ter explorado mais a coisa da mudança da política cambial. Mencionei no texto, mas podia ter feito uma coisa muito mais completa. Confesso que você sempre desconfia: "Tudo bem, ele é muito bem informado, fala com milhões de pessoas, mas vai que é errado, já imaginou o vexame? Já será um vexame você dar uma informação errada e mais vexame ainda é você tirar conseqüências de uma informação eventualmente errada." Então ficou naquela notinha, mas ele era assim, tinha esse espírito de repórter, muito mais do que muito repórter de carteira assinada. Acho que ele, esse espírito, porque realmente a interferência dele, pelo menos no tempo em que estou na *Folha*, na redação, era muito reduzida. Era o Otávio que cuidava disso, ele cuidava basicamente dos editoriais e da empresa em si. Depois o Luís foi assumindo a empresa, mas ele ainda, o grande patriarca... Mas esse espírito de luta, de gana de informação, eu acho que ele deixou isso como o Cláudio deixou no *Estadão*. Essa marca, um pouco, é dele.

O que muda na redação quando entra o Otávio Frias Filho?

Bom, no começo houve um rebuliço ali por causa da idéia de que ninguém confiava numa pessoa com mais de trinta, como se brincava. E houve um excesso de rigor no uso dessa idéia de que os velhos tinham que ser enquadrados. E houve um excesso de resistência para uma coisa que, na verdade, era muito mais organizativa do que uma repressão, digamos. Então, houve conflitos ali que, inclusive, levaram à minha saída do conselho editorial; depois eu voltei, mas foi por isso, basicamente. Mas, em termos de mudança, acho que o que houve foi a profissionalização do modo de funcionamento da redação. Não que tenha mudado, mas houve a profissionalização, inclusive com a saída de gente que tinha dois empregos em Brasília. Realmente o jornal se profissionalizou muito mais a partir daí. As coisas românticas que eventualmente houvesse não tinham mais lugar no jornalismo profissional.

De que maneira se manifestava essa profissionalização? Uma delas é extinguir com os dois empregos de Brasília. Agora, aqui em São Paulo, como isso se deu exatamente?

Muito se deu nessa questão do manual. Se fez do manual um cavalo de batalha que não tem razão de ser, porque o manual é apenas uma compilação do sentido comum, não inventa nada, não tem ali nenhuma grande novidade que você diga: "Ah, putz, então, agora?". O problema é que antes [a *Folha de S. Paulo*] era muito anárquica; não era um grande jornal, até 1975 ou 1976, e aí começa a subir. Nunca acontece esta transformação - em 1975, era o "segundão" e, em 1976 já era o "primeirão" e consolidado. Não. E essas coisas são sempre um processo. E era um processo anárquico, cada um escrevia como queria. Não tinha limitações, agora, isso tem uma vantagem, que você consegue ter textos diversificados, mas tem uma baita desvantagem porque você dá a pessoas que eventualmente não têm condições de fazer texto diversificado a possibilidade de fazer, o que pode dar besteira. Eu, inclusive, vi coisas minhas, por exemplo, que hoje seria mais difícil de fazer. Que foram certas, não que fossem erradas, mas que não deveriam ser feitas assim. Te dou um exemplo concreto: quando começaram os atentados - acho que ainda na ditadura - às bancas de jornais e à OAB [Ordem dos Advogados do Brasil], que pegou aquela [secretária] dona Lida, etc. Eu fiz uma matéria dizendo: "Vocês querem a chave? Bata na porta do DOI-Codi". Mas não era uma matéria apurada, porque esse tipo de coisa você não apura, você sabe o que é, mas os indícios e conhecimento anterior do funcionamento das coisas levavam a isso. Me lembro que na noite em que saiu matéria, o Sr. Frias [Octávio Frias de Oliveira] me ligou e disse: "Essa tua matéria causa problemas" - para você, não para o jornal, porque se causasse problemas para o jornal ela não teria saído - "você não quer

ficar uns dias na granja?” Ele tinha, ou tem, uma granja na estrada para Caraguatatuba, em São José dos Campos. Eu imagino até hoje – nunca voltei a conversar com ele sobre isso – que alguém da área militar deve ter ligado falando: “Nós vamos pegar esse filho da p...” E ele, generosamente, quis me proteger. – “Mas não, Sr. Frias, obrigado. Não acho que faça sentido...” Até porque se fosse para pegar, pegava em qualquer lugar. Mas esse tipo de matéria, que é muito pessoal, é complicado você fazer hoje. Agora, não quer dizer que fosse errado, até porque, depois, o atentado do Riocentro provou que a matéria era profética, digamos, mas eu não tinha elementos científicos para escrever aquela matéria. Tinha a intuição, tinha a experiência e esse tipo de coisa é perigoso quando fica aberto para todos, porque sempre alguém pode fazer alguma coisa que seja daninha à reputação de pessoas que não merecem. Naquele caso acertei, mas podia ter errado. Então, esse tipo de espontaneísmo, de voluntarismo, foi reduzido às suas adequadas proporções.

Como o jornal cobriu o atentado ao Riocentro?

Eu acho que eu estava em Buenos Aires como correspondente, salvo erro de memória. Não entrei nessa cobertura, eu não fiz.

Você disse que quando o Otávio assume a direção do jornal, houve uma resistência em parte da redação. Quem resistiu à entrada do Otávio? Eram jornalistas que já estavam antes da reforma, mais antigos no jornal?

Eu não sei te dizer. Eu volto a dizer, eu peguei a reforma com ela já correndo solta. Eu entrei em 1980. A percepção da reforma, para mim, é de 1975, quando, lá do *Estadão*, percebemos que eles estavam falando sério. Então, quando eu entrei, já tinha cinco anos. (Sobre essa cronologia, o Otávio pode contar melhor, com mais propriedade). Eu vou pra *Folha* em 80 e logo vou para Buenos Aires e fiquei meses. Assumi o cargo em 1980 e fiquei três anos. Então, a minha história na *Folha*, internamente, começa, a rigor, em 1984. Eu volto no fim de 1983, mas tiro férias e volto à luta mesmo nas Diretas Já, em 1984. É um espaço grande para saber, para localizar as pessoas que assinaram o manifesto contra o manual, dentro dessa história da *Folha*. Eu não saberia localizar, realmente.

Na verdade, a pergunta não era para identificar nomes.

Não, não estou me referindo a nomes, estou me referindo à cronologia. Se os que se opunham estavam antes da reforma ou se vieram depois, porque o manual é bem posterior à reforma. Não estou me referindo a nomes, até porque não é o caso

de “fulanizar” a questão. Realmente, o perfil das pessoas que se opuseram, eu não saberia precisar.

E você volta da Argentina durante as Diretas Já?

Nas Diretas Já, exato.

Como foi essa cobertura do jornal?

Foi panfletária, vamos ser honestos e sinceros. Muito bacana, ótimo, gostosa de fazer. Eu acho perfeita! Eu, se fosse diretor de redação, teria feito da mesma maneira, mas vistas as coisas na perspectiva do tempo, foi absolutamente panfletária. Basta dizer que quando a emenda [Dante de Oliveira] é derrotada no Congresso, saiu um editorial dizendo: “Cai a emenda, não nós.” Coisa que jamais o jornal voltou a utilizar depois em qualquer tipo de campanha, batalha, noticiário, nada. “Nós” aí é um panfleto, é uma confissão de lado, coisa que, depois não se repete, não se reproduz. Então, foi uma cobertura basicamente panfletária, que envolveu todos os recursos que o jornal poderia mobilizar e mobilizou, e feita com exagero, inclusive. Eu dou um exemplo concreto: a medição do número de pessoas que foram ao comício do Anhangabaú, a *Folha* parece que falou em um milhão, 800 mil. E eu fiz um texto dizendo: “Olha, eu cobri os comícios, meses antes, de encerramento das campanhas presidenciais em Buenos Aires, tinha um milhão de pessoas em ambos os comícios do Raul Alfonsín e do candidato do peronismo Ítalo Luder, salve erro de memória, e era infinitamente mais pessoas que eu vi lá no Anhangabaú. Não tem cabimento você...” E depois eu cruzei, inclusive, com o Alberto Goldman que comentou: “Olha, numa medição científica, um milhão de pessoas teria que ter gente de debaixo do Viaduto do Chá, onde estava o palanque, até o Tietê, coisa que não ia nem até o Viaduto Santa Efigênia. Mas como estava em campanha e era “nós”... Me lembro até uma historinha do Nahum Sirotsky cobrindo a Guerra dos Seis Dias ou uma das guerras de Israel. Ele era judeu e tal... Era enviado especial da Rede *RBS* ou *Zero Hora*, sei lá. Ele abre a matéria no dia final: “Entramos em Jerusalém”. “Nós” – aí de novo. Aí valia tudo. Volto a dizer: cobertura panfletária. Acho ótimo que tenha sido panfletária, mas que foi panfletária, foi.

Essa cobertura panfletária não foi uma orientação vinda da própria direção do jornal? Ou os jornalistas estavam imbuídos daquele sentimento de mudança trazido pelo movimento?

O “nós” aí não era o Otávio Frias, Otávio Frias Filho. Não. Éramos nós: a redação da *Folha de S. Paulo*.

Essa cobertura coloca a *Folha de S. Paulo* definitivamente como um grande jornal nacional, não é isso?

Acho que talvez sim, mas para mim já vinha um pouco de antes. Mas, enfim, de fato você tem razão. Esse momento, de fato, é muito especial para a história do jornal. Era um momento especial na história do Brasil. O Brasil não é um país de mobilizações de massa e aquela foi a primeira que eu vi realmente que merece o nome de mobilização de massa. A primeira que eu me lembro, e, provavelmente, os cientistas políticos podem atestar isso. Podia não ter um milhão de pessoas, mas o número de pessoas em praça pública, não só em São Paulo, como em todas as capitais em que houve comícios, era uma coisa espetacular.

Você diz que tem a impressão de que a *Folha de S. Paulo* já tinha se tornado um jornal nacional antes. Em que momento você acha?

É difícil você precisar o momento, mas você percebe que passou a ser um competidor de respeito. Para quem estava no *Estadão* – eu saí em 1977 – e passou a ser um competidor de respeito a partir daí, mas demorou algum tempo. Eu acho que deve ter sido a partir de 1978 ou 1979, na medida em que se aproximam os momentos decisivos da redemocratização. Na Anistia, a *Folha* também teve papel importante na campanha pela Anistia, em toda discussão da Constituinte, antes da própria ter sido convocada pelo Tancredo [Neves]. Enfim, ela se torna importante não só jornalisticamente, mas politicamente. Ela se torna relevante. Acho que o casamento entre o jornalismo e as campanhas cívicas, digamos assim, no momento em que elas eram necessariamente importantes, é que fazem da *Folha* o que ela é hoje.

Fora esse investimento na reportagem, nesses momentos tão importantes da redemocratização, qual é o lugar dos colunistas nesse processo?

Eu tenho dificuldade para falar sobre isso, porque até muito recentemente, uns dois ou três anos atrás, eu era... A coluna era um subproduto do meu trabalho de repórter. Eu nunca olhei a coluna como produto principal, para usar uma linguagem moderna do jornalismo – e que eu não gosto muito – mas enfim, não era o meu produto principal. Meu produto principal era a reportagem, tanto é que, quando eu viajava, mesmo cobrindo coisas no Brasil, o último texto a ser produzido era a coluna. Primeiro eu fazia quatro ou cinco textos sobre o assunto que estivesse cobrindo e depois ia fazer a coluna, que evidentemente é um risco, porque você já está cansado, o horário de fechamento está mais próximo, então, você é obrigado a fazer as coisas meio às pressas e não sobra informação, porque você usou no resto

do jornal. Aliás, a coluna tomou... Quando o Sr. Frias e o Otávio me chamaram para fazer coluna quando o Cláudio Abramo morreu, a minha primeira intuição era: “Eu não vou fazer uma coluna de opinião” – ao contrário do que o Cláudio fazia. Até porque era muito pesado, para mim, substituir Cláudio Abramo, não era substituir o “João das Carapuças”, era o Cláudio Abramo, o que para mim era impensável. Nunca me passou pela cabeça, nem nos delírios, nem se eu tivesse tomado LSD na juventude, não teria imaginado que poderia, um dia, substituir o Cláudio Abramo. Então, a minha idéia era fazer interpretação – o que eu chamo de interpretação – que é um meio do caminho entre a opinião e a informação pura e propriamente dita. Mas aí aconteceu sempre isso. Recolhia informação, botava nas outras páginas do jornal todas as informações e eu procuro sempre fazer a interpretação junto com a informação, dificilmente faço a coisa seca. E aí quando eu ia escrever a coluna: “Pô, vou escrever outra vez a mesma coisa?” Então, aí começa a fazer opinião. Começa, tem público, a reação é positiva, aí você fica escravo da opinião, embora a minha idéia original fosse fazer mais interpretação e informação do que propriamente opinião. Então, eu tenho dificuldade para analisar qual é o... Porque embora, para mim, eu faça a coluna desde que o Cláudio Morreu em 1987 – são, portanto, 21 anos, que é uma vida – eu na verdade me sinto um colunista relativamente fresco. Três ou quatro anos para cá é que cai a ficha e fala: “Peraí! Seu produto principal é a coluna. Você precisa dar à ela mais atenção do que você dá ao resto.” Eu costumo sempre dizer para mim mesmo que eu sou um repórter que está colunista, não sou um colunista, então, para mim fica difícil fazer essa análise. O que eu ouço é que isso, inclusive, ficou evidente numa pesquisa de percepção do leitorado que a *Folha* fez no fim do ano passado ou começo desse ano. O Otávio [Frias Filho] me mostrou os dados da pesquisa em que fica claro que os colunistas são um fator de atração, um dos principais. Portanto, têm um peso decisivo. Eu não tenho essa percepção, esse sentimento, porque - volto a dizer - eu sou um repórter que está colunista e não um colunista. Até porque eu sou um dos raros colunistas que vai à rua regularmente, não fico na redação e nem faço só a coluna; ao contrário, estou freqüentemente fazendo outras coisas e me sinto até mal quando fico só restrito à coluna.

Como você lida com as eventuais críticas e e-mails dos leitores? Como é essa resposta?

Com a crítica, eu não tenho nenhuma dificuldade. O que eu tenho verdadeira ojeriza é o que eu chamo de hidrofobia do leitor, seja de origem ideológica, política ou partidária. O que me dá um asco é essa idéia de: “Você critica o governo do PT [Partido dos Trabalhadores] porque você é tucano [PSDB], você criticava o governo

do Fernando Henrique [Cardoso] porque você é petista. Isso é de uma indigência mental e me irrita profundamente. Tem alguns leitores que já identifico pelo nome e nem leio. Já vai direto para o lixo da correspondência, porque não dá para você discutir com esse tipo de mentalidade, não dá para dialogar. Agora, com a grande maioria dos leitores é um diálogo bastante frutífero, vários deles se tornaram interlocutores freqüentes, escrevem regularmente, com sugestões interessantes. Às vezes, transfiro a coluna para eles, porque são percepções bastante boas da realidade e que você não está enxergando. Se eu tivesse medo de crítica, teria me suicidado, porque quem faz uma coluna há 21 anos, quem dá a opinião, dá a cara para bater. Se você vai dar a cara para bater e for se incomodar quando te batem na cara, corta os pulsos.

Você tem noção de quantos e-mails de leitores você recebe por dia?

Não, eu nunca faço esse tipo de contabilidade, até porque não é uma coisa de uma vez só, eu vou abrindo correspondência ao longo do dia, quando eu tenho tempo. Então, chega um pacote de manhã, outro na hora do almoço, outro no meio da tarde, outro no fim da tarde, outro à noite que, de repente, vejo só no dia seguinte. Então, não dá para ter uma idéia. Mas não é muito não, ao contrário do que pode parecer. Inclusive, basta você ver – tanto na [revista] *Veja*, como na *Folha* – há uma contabilidade de quantos e-mails chegaram. Na *Folha*, em geral, são 700, 800. Se você considerar que a *Folha* está tirando pouco menos de 400 mil exemplares, se você faz as contas, a porcentagem é ínfima de leitores que tomam a iniciativa de escrever para o jornal. É ínfima, ínfima mesmo. Não deve chegar a 1% e no caso dos colunistas imagino que menos ainda, porque, enfim, nem todos os leitores lêem todos os colunistas. Não é uma grande quantidade. Não saberia dizer quanto, mas sei que, em relação ao universo dos leitores, é bem pouco. Ainda continua sendo um trabalho meio de naufrago, embora hoje você tenha interatividade, sabe que a mensagem chegou, sabe quando foi recebida, pelo menos uma parte do público, mas ainda há uma maioria do leitorado que continua se comportando como se não tivesse recebido a garrafa.

Você tem alguns cuidados na construção do seu comentário político?

Não, nenhum. O único cuidado que eu tenho é que eu sei que o meu perfil é o perfil médio do leitor. Esse personagem que não existe, evidentemente, mas o que é? Formação universitária, classe de média para média alta, urbano – que pode morar até no interior, mas na área urbana de Ribeirão Preto, Piracicaba, etc., ou às vezes de fora do país, mas sempre na área urbana. Então, eu imagino o que me comove, me emociona, me dói, é também para o leitor médio da *Folha*, então, escolho o

assunto em função dessa percepção. Não escrevo para agradar esse ou aquele, ou para contrariar esse ou aquele, ou para incomodar esse ou aquele. Escrevo pensando nessa figura inexistente – volto a dizer – do chamado leitor médio.

Você falou da interlocução com determinados leitores. No seu cotidiano, você tem outras interlocuções que alimentam seus comentários, seja com políticos, intelectuais ou jornalistas?

Sim. A primeira interlocução é com um quilo de publicações que eu recebo por *e-mail*, hoje em dia. Eu procuro ler ou pelo menos folhear “*interneticamente*”, vamos dizer. A *Folha*, obviamente, de manhã cedo, é a primeira leitura – minha mulher até hoje me critica porque nós casamos, fomos para a lua de mel em Serra Negra, ficamos num Hotel Fazenda e eu ia todo dia para a cidade com ela e comprava o jornal para ler, o *Estadão*. E ela: “Lua-de-mel, você vai ler jornal, realmente você é um fracassado como marido” – o que ela tem absoluta razão. Esse hábito, ou vício, ficou e eu faço isso inclusive viajando. Em qualquer lugar que eu esteja, eu compro um jornal e se for um país que eu não entenda a língua, compro em inglês, se for o caso. Hoje em dia, compro o *El País* – assino o jornal em papel aqui no Brasil, chega junto com a *Folha* – e quando estou viajando, o *El País* circula praticamente no mundo todo, acho um excelente jornal. Então, compro o jornal local, se é uma língua que eu entendo, mais o *El País*. Aqui leio a *Folha*, o *El País* no papel e leio *O Globo* – principalmente *O Globo* –, um pouco o *Estadão*, muito o *Valor Econômico* e o *Financial Times*, o *Internation Herald Tribune*, o *Le Monde*, *Le Figaro*, recebo por *e-mail* e recebo também um resumo excelente de tudo o que está rolando no mundo, faz um resumo das notícias comentadas, inclusive com textos de *papers* acadêmicos e, mais paralelamente, tem um resumo dos jornais do mundo inteiro, desde *The Australian* até os Emirados Árabes ou os jornais coreanos em inglês, enfim. Essas coisas, eu procuro ler tudo isso, que formam a primeira massa crítica de assuntos potenciais para a coluna, ou para arquivo, porque eu continuo com aquela coisa que eu já contei de preocupação em cobrir coisas. Amanhã ou depois eu posso estar cobrindo o Afeganistão, então, eu procuro formar um arquivo para me permitir chegar lá mais ou menos informado. Ou então assuntos para a coluna, realmente e depois converso com quem for o caso – depois de selecionado um assunto ou, se estiver fazendo alguma cobertura específica, um comentário para outras sessões que não seja a coluna. Procuro conversar com as pessoas que possam contribuir com informações, opiniões, esclarecimentos, fora aqueles leitores que mandam às vezes – por exemplo, outro dia eu recebi um e-mail do Armínio Fraga, que estava em Nova Iorque, com um comentário sobre a crise que, ou você usa diretamente ou você fica esperto e fala: “Realmente isso aqui eu não estava

vendo.” Então, tudo isso forma a massa crítica a partir da qual você vai trabalhar, seja a coluna, sejam outras matérias ou seja pauta para o futuro e, às vezes, passo para a editoria correspondente. Muitas vezes, coisas de leitores denunciando o que eu não tenho condições de apurar, passo para o [caderno] Cotidiano, a Ilustrada, para onde seja.

Você falou do seu ritual diário de leitura de jornais e de produção da coluna. Mas como é o seu ritual de escrever? Em que momento do dia e como é? Você senta, se concentra e sai tudo de uma vez? Vai saindo aos poucos? Como isso funciona?

Funciona quando eu sinto que um determinado assunto, uma frase, o tema bateu como soco na boca do estômago, eu sinto compulsão para escrever naquele momento. Pode ser de manhã cedo, você pega as quatro primeiras páginas da *Folha* e o Lula falou uma grande besteira. Aí eu falo: “Pô, tenho que escrever sobre isso e quero escrever já” – porque preciso [escrever], sabe, com o sangue fervendo na ponta dos dedos. Não só no cérebro, não só no coração, na ponta dos dedos. Outras vezes não: bate. Aí você vai sondando mais, vai lendo mais, aprofundando mais, vai conversando mais, até chegar o *deadline* que é “agora ou nunca” ou, então, até chegar o momento em que acontece. Não é necessariamente um soco na boca do estômago, mas fala: “Bom, eu tenho que escrever sobre isso, não tenho para onde fugir.” E às vezes acontece até de fazer duas colunas diferentes porque você faz uma, achando que aquele é o tema do dia, mas as informações que vão acontecendo ao longo do dia – especialmente nessa crise que é muito veloz a mudança dos acontecimentos – aí você faz uma segunda coluna e joga fora a primeira. Já aconteceu mais de uma vez. Tem umas quinze colunas armazenadas, velhas, que evidentemente nunca mais serão publicadas, mas ficam lá porque foram atropeladas pelos acontecimentos. Mas é assim, uma coisa muito de fígado, estômago, cérebro e coração. Não é só uma coisa de ponta de dedo. É uma coisa muito de emoções: quanto mais quente estiver – isso vale, inclusive, para a reportagem – e se você vai ver uma manifestação, é bom escrever imediatamente enquanto estiver muito vivo na sua memória os gritos, as frases, o som, a música.

Um dos momentos emocionantes da história recente política do país é a morte do Tancredo Neves. Como foi a sua cobertura?

Foi a pior coisa para fazer, porque você não via o objeto da notícia que estava a quatro andares acima da gente. A gente ficava na calçada do Incor [Instituto do Coração, em São Paulo] e o paciente, objeto da notícia, estava na UTI no quarto andar. Primeiro: você não entendia nada disso, nada de medicina. A não ser o fato

de ser hipocondríaco assumido, não tenho a menor idéia. Se começasse a me contar tudo o que o Tancredo tinha, eu ia começar a sentir tão mal, porque eu ia sentir as mesmas coisas, então, era melhor que não me contasse. Então, você não tinha como conferir as coisas, dependia do boletim oficial e de informação *off the records* que o porta-voz do cadáver, Antônio Brito, transmitia para a gente. Aliás, era curioso porque mais de uma vez o Brito lia o boletim oficial, que era público, para divulgar e depois *off the record*, contava e aí os repórteres de rádio corriam para o telefone: "Agora, *off the records*, do porta-voz Antônio Brito!" Fantástico! Coisas inacreditáveis que aconteciam nos corredores do Incor e do Centro de Convenções Rebouças, onde ficava o centro de imprensa. Meu irmão, que é bom médico, conhece profundamente as químicas das coisas – até porque ele é radiologista e, portanto, sabe reconhecer doenças e correlacionar índices de creatinina, essas coisas que para mim eram um denso mistério. E segundo, conhecia médicos que pelo menos passavam perto do paciente, ao contrário, do que acontecia com os jornalistas que nunca passavam perto dos pacientes. Ele tinha amigos no Hospital das Clínicas – que é do outro lado da rua – e que eventualmente eram chamados para acompanhar. Enfim, eu somava tudo isso, mas com medo e pânico, porque: primeiro, horário de fechamento. Bactéria não respeita horário de fechamento, é um grave defeito das bactérias. Você tinha que fechar, digamos, o primeiro clichê às 20 horas, o segundo clichê às 22 horas, 23 horas, o jornal começava a circular basicamente às 6 horas e o paciente já podia ter morrido. Podia escrever: "Melhorou ontem, a febre baixou de 39º para 38,7º" e aí sai o jornal, a febre baixou e o paciente está morto. É um risco permanente, quer dizer, você ia dormir sempre com medo de que tudo aquilo estivesse vencido e superado. E segundo: com a mala pronta, porque já estava escalado para cobrir o sepultamento tanto em Brasília... Era para ser em Brasília e Minas, se não me engano, mas no fim acabou ficando só Brasília, porque o Ricardo Kotscho... Na verdade, o sepultamento foi em São João Del Rei [MG], mas o Ricardo foi e eu ficaria em Brasília, mas estava com a mala pronta e tendo que gerenciar o fechamento, as últimas notícias, o horário dos vôos, tudo isso para não perder nada. Então, foi realmente a cobertura mais dramática, mais agônica que eu fiz na minha vida, principalmente por isso, porque você não via o objeto da notícia nunca.

Você falou sobre grandes momentos da história, não apenas no Brasil, mas da história do mundo, e você acompanhou isso tudo como repórter. Fala um pouco sobre essa experiência de ser jornalista e estar diante de tudo isso.

Eu costumo dizer que a talvez única grande graça de ser jornalista é que você pode ser testemunha ocular da história do seu tempo. Essa é a minha recompensa, o meu prêmio. Quais são os combustíveis que move a humanidade? Dinheiro? Fama? Não são os combustíveis que me emocionam. Não que eu despreze dinheiro, por exemplo, mas também nunca foi objetivo de vida ganhar dinheiro. Então, essa perspectiva de você poder ser testemunha ocular da história do seu tempo é o que me movimenta. É o que me movimenta. O que me dá alegrias, às vezes tristeza, porque os acontecimentos nem sempre são alegres. Eu já falei do golpe do Chile, poderia falar do golpe da Argentina, foi a mesma coisa. Mas o que dá graça ao jornalismo, para mim, é essa perspectiva.

Nesses quase 30 anos de *Folha de S. Paulo*, quais você diria que foram as coberturas que você mais gostou de fazer?

O que mais me deu prazer... não sei se é o termo... A primeira vez que tive o retorno, que eu soube que tinha alguma importância no trabalho – e não era apenas uma maneira de levar o caviar das criancinhas para casa – foi a cobertura de todo o período que eu fiquei como correspondente na Argentina, do final de 1980 até a redemocratização em 1983. Porque os exilados argentinos no Brasil, sejam por motivos políticos ou econômicos, me procuraram na volta e escreveram um belíssimo poema, quando eu escrevi a última crônica – porque ali foi crônica de despedida do posto, no final de 1983. Eles mandaram uma carta com um poema de agradecimento, reconhecimento, que é o que eu considero o maior prêmio que eu ganhei no jornalismo, porque me deu a noção de que algumas das coisas que eu escrevi tinha importância para outras pessoas, não eram apenas a maneira de ganhar dinheiro ou de cumprir o meu trabalho. Não. Tinha alguma significação, pelo menos para algumas pessoas. E também foi nessa cobertura a única vez que eu chorei em ação; foi nesse período de correspondente em Buenos Aires quando... As madres de Plaza de Mayo fazem sempre, às quintas-feiras, uma manifestação na praça, ficam dando uma volta em torno do obelisco que fica perto da Casa Rosada. Mas nesse dia – isso foi em 1983, portanto nos estertores da ditadura, que a ditadura não conseguia mais manter o controle da situação – então, tinha que manter o controle da rua, então, eles cercaram a praça e era o dia internacional dos direitos humanos, salve erro de memória. Eles cercaram a praça toda, todas as ruas que dão acesso à praça, que devem ser cinco ou seis, então, fizeram um cordão de isolamento para impedir que elas chegassem à praça que era o local de manifestação tradicional. Eu estava indo para cobrir pela Avenida de Mayo – uma das que desenvolveram a praça – e havia aquele cordão de gorilas, caras de dois [metros] de altura por três [metros] de largura, verdadeiros armários, todos de

braço dado, não passava nem mosca por eles. E passos à minha frente, tinha uma senhora com aquele lenço branco na cabeça com o nome do filho ou parente desaparecido, franzina, com o rosto marcado, sulcado pelo sofrimento, pela idade, se joga em cima do cara e diz: "Me deixe passar porque eu tenho um encontro marcado com meu filho." – que ela sabia e eu sabia que estava desaparecido e eu me controlei ali pela emoção. Foi a única vez que eu chorei em ação. Depois posso ter chorado de raiva, emoção. Mas assim, na hora, no ato, foi ali. Foi muito chocante.

Valeu a pena ser jornalista e ver essas coisas...

É, vale. Por isso que eu falei. Aliás, eu acho que eu terminei um livro dizendo isso: vale por você poder ser testemunha ocular da história do seu tempo.

A partir da redemocratização, a imprensa vai ter outro desafio pela frente, que é a cobertura das eleições, a partir de 1989. Eu imagino que tenha sido um aprendizado também, depois de vinte e poucos anos de ditadura. Como é que você avalia esse aprendizado, da cobertura especificamente de eleições presidenciais no Brasil?

É curioso, porque foi a primeira vez que eu votei para presidente [da República] – na eleição de 1989 – e eu levei meus filhos para votar também pela primeira vez, o que é um absurdo. É uma castração cívica a geração seguinte à minha praticar o gesto elementar de votar para presidente pela primeira vez junto comigo. Isso sempre me chocou, me indigna até hoje ter sido castrado civicamente durante tanto tempo. O que me torna "foca" nessa história, porque eu entro para a cobertura como qualquer outro repórter que tivesse seis meses de jornal. Ele não tinha feito nenhuma eleição presidencial e nem eu, então, foi realmente um aprendizado e aquela coisa: você aprende – como dizem os argentinos – "sobre *la marcha*". Você vai fazendo, porque não tem idéia de como funciona. Você não tem idéia da dimensão que tem um país. É um país grande demais, diversificado demais. Uma vez eu escrevi que "não existe um Brasil, existe pelo menos dez, doze." Pega etnicamente o Nordeste: a Bahia tem 87% de população negra ou mestiça. Santa Catarina tem 13%. Até desse ponto de vista é completamente diferente. Como é que isso funciona, é muito complicado. O que eu fiz ou procurei fazer? Desde a primeira eleição livre para prefeitura de capital, em 1985, portanto, quatro anos antes da eleição presidencial, quando foi restabelecida a autonomia das capitais, eu me propus e ofereci à *Folha*, cobrir eleições nas principais capitais. Não dava para fazer em todas, porque eu teria de começar muito antes e era caro demais. Então, propus pegar as dez capitais mais populosas, de maior número de

eleitores e mergulhei nesse Brasil. Aí fui apresentado ao Brasil. Fiz isso em 1985, fiz isso em 1986 nas eleições para os governos dos Estados, acho que em 1988 deu para fazer de novo, na eleição municipal. E então, em 1989, estava mais pronto para entender um pouco. O Brasil já não era tão desconhecido, porque, enfim, o jornal de São Paulo lida com São Paulo e seu entorno: Paraná, Minas, Rio de Janeiro, etc. E não com Nordeste, é um mundo à parte. Para mim foi rico, porque você, inclusive, conhece as pessoas, políticos da região, no seu habitat natural, na sua vida natural e, às vezes, desarmados, porque às vezes termina o comício e você vai jantar com eles e vê coisas que não veria em outras circunstâncias. Eu lembro que eu fui fazer [a cobertura] da eleição municipal de São Luís do Maranhão – não sei se foi em 1985 ou 1988 – e eu só conseguiria conversar com um dos candidatos depois de um comício, que era à noite, na maior favela de São Luís. Então, eu fui lá para a favela, fiquei lá no botequim da favela, conversando com as pessoas, aí vou para o palanque para acompanhar, termina o comício e ele ia me dar carona para o centro da cidade para a gente conversar no carro. Aí chega lá um dos auxiliares dele e diz: “Olha, morreu fulano de tal, que é filho de um antigo cabo eleitoral do seu pai, que foi um dos caciques do Maranhão anos atrás, então, precisa passar lá no velório.” Então, lá fomos nós numa baita de uma escuridão, não se enxergava coisa nenhuma, para acompanhar o cara. Enfim, esse tipo de coisa você não consegue ver a não ser nessas circunstâncias, pois te ajuda a entender o país. É claro que você nunca vai entender o Brasil, porque não é um país para amadores – e eu basicamente sou um amador. Mas enfim, te ajuda a entender, inclusive desse ponto de vista, quando você vai cobrir uma eleição. Agora, a eleição presidencial é outra coisa. As primeiras foram muito polarizadas ideologicamente, pelo menos as duas, três primeiras... Depois ficou tudo mais ou menos igual. E hoje em dia, eu costumo até repetir uma piadinha que o Jô Soares contou no tempo em que ele fazia programas de humor: o primeiro vôo à lua foi a coisa mais emocionante do mundo; o segundo vôo à lua foi a coisa mais chata do mundo, e é um pouco isso. As primeiras eleições a gente nunca esquece. A quarta e a quinta começa a ficar até chata, porque democracia, no ponto de vista jornalístico, acaba sendo uma coisa chata, realmente. Muito melhor é uma frase que os espanhóis usam muito: “Contra Franco vivíamos melhor”. Contra a ditadura a gente vivia melhor, claro que isso é um ditado, mas reflete a emoção maior está quando você está no combate e não quando você está simplesmente olhando.

Fora os momentos de cobertura de eleição, como você avalia o cotidiano da cobertura política, marcada por tantos escândalos? Como você avalia a forma com que a imprensa lida com os fatos políticos?

Eu acho que o noticiário político desapareceu. Pelo menos nos últimos três, quatro, cinco anos, virou noticiário policial. Você abre as páginas do jornal... Ou é uma coisa muito declaratória: "Marta disse que o Kassab disse que o Alckmin disse que...". Eu francamente passo voando por esse noticiário de hoje em dia. Mesmo dos escândalos, porque são tantos e cada vez mais difíceis de você entender qual é o grande lance, porque essa Operação Satiagraha aí, qual é o foco da coisa? Banqueiro bandido? Tem quinhentos no mundo inteiro. Qual é a ligação política dele com o universo partidário? Ele se beneficia ou se beneficiou com o tucanato ou está ligado ao PT? Ou recebeu benesses? Quero dizer, recebeu pagamento claramente por uma coisa criminosa, que é mudar a lei para permitir a fusão das duas teles [empresas telefônicas]. Você faz a fusão antes de mudar a lei, isso é uma esculhambação completa. Então, isso torna o noticiário político desinteressante e remoto para o interesse das pessoas. Você não consegue mais estabelecer o que eu ganho se eu votar na Marta, ou no Kassab, ou no Alckmin ou no Beltrano, até porque são repetitivos. Essa eleição em São Paulo, você tem uma ex-prefeita, o prefeito de turno, um ex-governador, os três que enfim, você acha: "Para mim a cidade é inóspita, me sinto tentado a certamente não votar nos três, porque não podem me oferecer nada de novo. Já estiveram lá, certo?" Agora, a próxima eleição presidencial [2010], tem um lance legal, que é uma pergunta que o Aécio Neves me fez uma vez que a gente cruzou em Zurique, na escolha do Brasil para sediar a Copa de 2014. É a primeira eleição, em 50 anos, em que o nome do Lula [Luís Inácio Lula da Silva] não vai estar na cédula. Tem um truque aí. De fato é a primeira, porque em 1960 foi a última eleição presidencial, aí você passa 29 anos sem eleição presidencial, portanto sem o nome do Lula na cédula porque não teve eleição, não porque o Lula não era candidato. E a partir daí, 1989 em diante, o Lula é candidato sempre. 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. Então, 2010 vai ser a primeira eleição. Aí sim você tem uma novidade. Boa ou ruim, não estou nem discutindo isso. Novidade é o nosso negócio. O negócio do jornalista é a novidade. Certo? Essa eleição sim, tende a ser uma coisa... Mesmo que o [José] Serra seja candidato, porque, enfim, já foi candidato, já é governador... Mas se for o Aécio, sim, será novidade, porque nunca foi candidato à presidência, seja qual for o candidato do lado do governo, do PT, se tiver mais de um, essa tem novidade e aí eu espero que permita realmente que o noticiário político volte a ser político e não declaratório ou escandaloso.

No seu comentário anterior, você mencionou essa dimensão e essa complexidade do Brasil, um país ainda marcado por problemas sociais históricos, e a gente tem alguns poucos grandes jornais de ambição

nacional. Em que medida esses jornais cobrem o Brasil, não só na política, mas numa pauta mais ampla?

Na *Folha* muitos anos, acho que foi o Gilberto Dimenstein que disse que a gente cobre Brasília e não Brasil. E isso passou a ser repetido sistematicamente, e eu acho que é muito verdade. Os jornais do centro-sul, quer dizer, São Paulo, os grandes jornais, *Folha*, *O Globo*, *Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico* (que menos ainda se mete nessas histórias)... Realmente, no Brasil para cima de Minas Gerais – até o Rio Grande do Sul ainda vão – é muito precária a cobertura; as sucursais e correspondentes foram muito diminuídas pelas sucessivas crises. No tempo em que eu estava no *Estadão*, a gente tinha uma rede de correspondência fenomenal, montada pelo João Martins Bastos, que tinha a grande vantagem de conseguir manter em Recife, por exemplo, um jornalista brilhante. Em Sorocaba, um excelente jornalista, etc. Quando o normal é que quando o cara se destaca em Belém do Pará, traz para São Paulo ou traz para o Rio de Janeiro, se for *O Globo*, e você fica lá com segunda linha, até que o cara se forme de novo, eventualmente, etc. Então, é realmente muito precário. Quem consegue fazer isso, quando quer, é a televisão, mas ela é uma coisa complicada, porque notícia para ela é o que tem imagem. Se você tiver uma profunda discussão sobre a Amazônia, como conservar, como não conservar, seja os melhores especialistas do mundo, não vai ter grande interesse, porque é aquela coisa de mesa redonda, tem um bando de senhores e poucas senhoras - que ainda hoje participam menos - discutindo um tema árido, desmatamento, toras de madeira... Mas a discussão em si não vai chegar ao grande público e os jornais não têm estrutura regional para cobrir diariamente essas coisas. Quando tem alguma [estrutura], tem que deslocar alguém de São Paulo, que chega lá sem ter a informação local. Mesmo no Paraná. Eu, de vez em quando, quando ia nessas coberturas de eleições, chegava ao Paraná, que é aqui do lado (e a *Folha* é o segundo jornal mais lido do Paraná, pelo menos no norte do Paraná). – “Pô, ta acontecendo isso no Paraná, que coisa, inacreditável! Como é que eu não soube disso?” Isso no Paraná, imagina, então, no Pará.

Qual sua opinião sobre uma iniciativa como essa, de registrar a memória do jornalismo e dos jornalistas brasileiros?

Eu acho maravilhoso isso. Porque você não tem nem bibliografia suficientemente rica, nem discussões sobre o jornalismo, especialmente para mim que trabalho em jornal diário desde sempre – tirando um curtíssimo período na [revista] *IstoÉ*. Não dá para filosofar sobre ou contar coisas e você vai fazendo, não dá para fazer e filosofar sobre o que você está fazendo. Eu nunca me dei ao trabalho de parar para pensar: “Porque eu faço assim e não assado?” E ouvindo – o problema é como é

que vocês vão difundir isso – experiências e vivências completamente diferentes de gerações inclusive diferentes, eu imagino e espero que vocês não façam apenas o que eu chamei, brincando, de “homenagem póstuma”, mas peguem garotos dos seus 30 anos, mas que já tenham uma boa vivência. Por exemplo, vou falar de um com o Sérgio d’Ávila, que não é tão garoto assim, mas que tem uma experiência extraordinária, que provavelmente não teve ninguém no jornalismo brasileiro que é ter coberto a guerra do Iraque, em Bagdá, durante o início do ataque americano. Esse tipo de experiência... Ele fez um livro com fotos, mas é diferente você ver o cara contar sem o formalismo e a obrigatoriedade de ser formal – com o perdão da redundância. O cara poder falar sobre ele mesmo, do que ele sente, deixa de sentir, etc., coisas que não aparecem no jornal. O jornal raramente aparece na primeira pessoa. Os textos não aparecem na primeira pessoa. Tanto é que, hoje em dia, há uma crescente tendência de *blogs* que contam como é que o sujeito fez a matéria e há coisas muito interessantes para contar o que você não vê nos jornais. Eu, pelo menos, sempre achei: “Não, isso é um problema meu”. Se eu vou cobrir uma reunião no Japão e as dificuldades que eu tenho lá, o que interessam? Interessam para mim, não para o leitor. E, de repente, você percebe que talvez interesse para outros jornalistas ou até para o leitor saber em que contexto foram feitas as coisas que ele está lendo. Então, eu acho fantástico! Agora vocês vão ter um problema para resolver que é a difusão disso. Para não ficar só para o deleite ou para o sofrimento de meia-dúzia.